



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**PAUTA
PARA A 97ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 23 DE NOVEMBRO DE 2020**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 32, de 2020, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o direito ao cômputo do tempo de serviço para todos os fins, inclusive para obtenção de vantagens por tempo de serviço como quinquênio, sexta-parte e licença-prêmio, durante a vigência do Programa Federativo de Enfretamento ao Coronavírus SARS-CoV-2.

2 - Projeto de lei nº 682, de 2020, de autoria do deputado Coronel Nishikawa. Denomina "Coronel Celestino Henriques Fernandes" o edifício do Oitavo Grupamento de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em Santo André.

3 - Projeto de lei nº 683, de 2020, de autoria da deputada Leticia Aguiar. Denomina "Juliano Aparecido de Freitas" a sede do Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC, em São José dos Campos.

4 - Moção nº 187, de 2020, de autoria do deputado Carlos Cezar. Manifesta repúdio à malsinada iniciativa da Escola Franco Brasileira de introduzir em seu sistema pedagógico a ideologia de gênero com a pseudodenominação de neutralização gramatical.

5 - Moção nº 188, de 2020, de autoria do deputado Delegado Bruno Lima. Repudia os ataques injuriosos perpetrados contra a Sra. Ana Lúcia Martins (PT), primeira vereadora negra eleita pelo Município de Joinville/SC, e apela para que os poderes constituídos garantam-lhe proteção, assegurando-lhe os seus direitos fundamentais e universais de pessoa humana.

2ª Sessão

Moção nº 186, de 2020, de autoria da deputada Carla Morando e outros. Manifesta veemente repúdio à decisão proferida pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal no processo HC 178777, que, por maioria, deferiu a ordem de "habeas corpus", para reestabelecer a decisão absolutória, ante pronunciamento do Conselho de Sentença, formalizado no processo nº 0447.16.001025-5, do Juízo da Comarca de Nova Era - MG, nos termos do voto do Relator, Ministro Marco Aurélio.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 681, de 2020, de autoria do deputado Daniel Soares. Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF, com sede em Campinas.

2 - Moção nº 185, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Manifesta veemente repúdio ao quadro do programa televisivo Escolinha do Professor Raimundo, veiculado pela emissora Rede Globo, no dia 8 de novembro de 2020, pelo conteúdo inverídico apresentado e pela disseminação de ideias falaciosas, que desvirtuam a realidade do campo no que tange à necessária e segura utilização de defensivos agrícolas para proteção da saúde, abastecimento e consumo alimentar.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 680, de 2020, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a Associação Nova Evangelização, com sede em Franca.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 31, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Altera os incisos III e IV e acrescenta o § 9º ao artigo 8º da Lei Complementar nº 1.012, de 5 de julho de 2007.

2 - Projeto de lei nº 678, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Institui o "Dia Estadual de Luta pela Liberdade".

3 - Projeto de decreto legislativo nº 40, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Susta os efeitos do Decreto nº 65.021, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 684, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.